

RACISMO NA ESCOLA: O LIVRO DIDÁTICO EM DISCUSSÃO

Adriana Rosicléia Ferreira CASTRO
Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte/ UERN -
CAMEAM
Pós-graduanda em Psicopedagogia Institucional e Clínica - Faculdade Integrada do Brasil -
FAIBRA e pós-graduanda em Literatura e Ensino - IFRN
adriana.ferreirac@hotmail.com

Josefa Raquel Pereira ALMEIDA
Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte/ UERN -
CAMEAM
Pós-graduanda em Psicopedagogia Institucional e Clínica - Faculdade Integrada do Brasil -
FAIBRA
raquel-123@hotmail.com

Simone Florêncio de FREITAS
Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte/UERN -
CAMEAM
Pós-graduanda em Psicopedagogia Institucional e Clínica - Faculdade Integrada do Brasil -
FAIBRA e pós-graduanda em Literatura e Ensino - IFRN
simonef_freitas@hotmail.com

Simone Cabral Marinho dos SANTOS
Docente do Departamento de Educação pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte/
UERN - CAMEAM
simone.cms@hotmail.com

RESUMO: O trabalho intitulado “Racismo na Escola: O Livro Didático em Discussão” trata da diversidade enfatizando a discussão sobre racismo no espaço institucional. A escola tem função de educar, promover conhecimento que não estar restrito apenas aos conteúdos disciplinares que os alunos devem aprender, mas educar para cidadania, mostrar valores necessários para uma qualidade de vida melhor. Essa qualidade passa a ser real quando aprendemos a lidar com as diferenças culturais, sociais, cor, gênero dentre tantas outras que estão presentes no nosso dia a dia. O racismo é uma discussão que deveria estar presente na escola, ser trabalhado pelo professor e por toda a equipe que se encontra nesse espaço. Assim, como a escola e o professor são importantes no processo de desconstrução do preconceito racial, o livro didático é um suporte pedagógico necessário também à desconstrução do preconceito. Para discutir sobre essa temática nos fundamentamos nos seguintes autores: Gomes (2005), Santos (1997), A. C. Silva (2005) e P. Silva (2005). A partir, do estudo teórico realizado, compreendemos que a discriminação racial precisa ser tratada no livro didático, pondo em prática ações diárias que fortaleçam a inclusão e valorização da população negra dentro escola, contribuindo para a aprendizagem significativa e mais justa.

PALAVRAS-CHAVE: Livro didático. Racismo. Escola.

INTRODUÇÃO

O livro didático tem sido o instrumento mais utilizado nas escolas, muitas vezes, o único recurso de aprendizagem que o aluno dispõe. Nesse sentido, é importante que o professor saiba usá-lo de maneira satisfatória, no intuito de tentar trabalhar a diversidade que existe na sociedade. Isso porque, nem sempre, o livro didático enfatiza essa diversidade, predominando mais a cultura, a economia, a religião de um povo, no caso, a população branca.

Muitas vezes, é o próprio livro didático que reproduz o preconceito e a desvalorização de outros modos de vida. Um exemplo claro nessa situação é a predominância da cultura branca em relação à cultura negra, em que na maioria dos livros didáticos, aparece apenas como a fragilizada que não contribuiu com feitos importantes para a história da população. Nos livros didáticos as diferenças não são tratadas sob o viés da diversidade. Na prática, silencia-se o contexto de superioridade entre uma cor sob a outra, entre uma cultura sob a outra. Fica assim, o desafio para que o professor em sua prática consiga elencar essas questões sociais que estão omitidas no livro didático.

Com o intuito de percorrer por uma discussão mais sistematizada sobre esse assunto, o trabalho apresentado objetiva elencar, em um primeiro momento, uma discussão sobre a cultura afro-brasileira nas escolas; no segundo, sobre o racismo na escola; e, por último, o trabalho do professor e o uso do livro didático.

A CULTURA AFRO-BRASILEIRA NAS ESCOLAS

A cultura africana é um fato presente em nosso País. No Brasil, como sabemos, temos uma multiculturalidade imensa trazida de pessoas de diferentes países que aqui vivem. A predominância da cultura africana é muito forte nas origens familiares da população brasileira. Como nos coloca Silva:

Ao dizer africanidades brasileiras estamos nos referindo às raízes da cultura brasileira que têm origem africana. Dizendo de outra forma, estamos, de um lado, nos referindo aos modos de ser, de viver, de organizar suas lutas, próprios dos negros brasileiros, e de outro lado, às marcas da cultura africana que, independentemente da origem étnica de cada brasileiro, fazem parte do seu dia-a-dia (SILVA, 2005, p. 155).

Trabalhar a cultura africana, é vivenciar a nossa cultura, é conduzir a compreensão de que minha identidade pode ser a mesma do negro, e assim é assumir a contribuição desse povo nessa mistificação que existe no Brasil. Diante de tanto preconceito com grupos fragilizados, em especial com os negros, dentro dos espaços escolares, percebeu-se a necessidade de se buscar uma forma de reverter essa discriminação social que acontece nesse espaço, e que também se propaga em toda a sociedade. É preciso conhecer melhor sobre a cultura Africana, cultura essa que veio através dos escravos trazidos para o Brasil e que passou a fazer parte desse País. O negro sempre vivenciou conflitos nessa sociedade racista que associou os negros a algo pobre, sujo e ruim.

A abolição da escravatura no Brasil não livrou os ex-escravos e/ou afro-brasileiros (que já eram livres antes mesmo da abolição em 13 de maio de 1888) da discriminação racial e das conseqüências nefastas desta, como a exclusão social e a miséria. A discriminação racial que estava subsumida na escravidão emerge, após a abolição, transpondo-se ao primeiro plano de opressão contra os negros. Mais do que isso, ela passou a ser um dos determinantes do destino social, econômico, político e cultural dos afro-brasileiros (HASENBALG, 1979; *apud* SANTOS, 1997, p 21).

Como mostra Santos, com a ideia de liberdade que passou a existir, os negros ainda sofriam com a exclusão que os deixariam esquecidos perante uma sociedade que não aceitavam a cultura deles, sem o direito de expor seus costumes sendo obrigados a se adaptar aos modos de vida dos brancos. Apesar de a abolição ter acontecido esse fator não fez com que a discriminação racial deixasse de existir no contexto social e que ainda tem forte presença na sociedade atual. E, assim, dar-se o início de uma nova luta, tendo que vencer os preconceitos sociais que ainda perduram até os dias atuais, tendo a escola, muitas vezes, como reprodutora desses estereótipos. Diante de tanta barbárie visou à necessidade de ser trabalhado nas escolas o ensino da Cultura Afro-brasileira no intuito de valorizar e respeitar as diversidades existentes no nosso país para conviver melhor em sociedade.

A lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, altera a lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, estabelecendo a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. O Parecer CNE/CP 003/2004 e a Resolução CNE/CP 001/2004 regulamentam esta lei. (WEDDERBURN, 2005, p.133).

A Lei No. 10.639, de 9 de janeiro de 2003 fortalece o espaço escolar como lugar privilegiado para a discussão da cultura afro-brasileira, por muito tempo omissa, ou até mesmo, esquecida no contexto escolar. A cultura negra é inserida dentro da história como atuante e participante desse processo e não como passiva.

Portanto, estudar as Africanidades Brasileiras significa tomar conhecimento, observar, analisar um jeito peculiar de ver a vida, o mundo, o trabalho, de conviver e de lutar pela dignidade própria, bem como pela de todos descendentes de africanos, mais ainda de todos que a sociedade marginaliza. Significa também conhecer e compreender os trabalhos e criatividade dos africanos e de seus descendentes no Brasil, e de situar tais produções na construção da nação brasileira (SILVA, 2005, p 156).

Os estudos das africanidades devem ir além de tornar conhecida essa cultura, para buscar a valorização do negro, por meio da vivência de sua cultura e do reconhecimento dos seus direitos.

O RACISMO NA ESCOLA

A realidade das crianças de classes carentes que frequentam a rede pública de ensino, em sua maioria, tem como suporte para sua aprendizagem apenas o livro didático que é cedido pela escola. Em alguns casos, os pais dessas crianças não tem acesso ao jornal, revista ou qualquer outra fonte de conhecimento que proporcione aprendizagem. ficando assim a mercê apenas do material fornecido pela escola.

Comumente, no livro didático, verifica-se a omissão da participação do negro na sociedade, como se o mesmo não fizesse parte da história, como se não tivesse contribuído e

lutado para chegar aos direitos que hoje buscam desfrutar. “No livro didático a humanidade e a cidadania, na maioria das vezes, são representadas pelo homem branco e de classe média. A mulher, o negro, os povos indígenas, entre outros, são descritos pela cor da pele ou pelo gênero, para registrar sua existência” (SILVA, 2005, p 21).

É preciso desmistificar essa imagem do homem branco e sua cultura como a melhor, a única a ser seguida, admirada, e valorizar também as outras culturas que existem, sejam elas africanas, indígenas ou qualquer outra, ao se fazer presente dentro de uma comunidade, tem valores importantes no convívio social.

Mas enquanto os livros didáticos não mudam sua forma de contar a história essa responsabilidade passa a ser da escola e também do professor. Na sala de aula esse profissional pode transformar o que está escrito no livro, acrescentando o que fica a desejar quando se fala dessa população fragilizada, por muito tempo, marginalizada na sociedade.

A invisibilidade e o recalque dos valores históricos e culturais de um povo, bem como a inferiorização dos seus atributos adscritivos, através de estereótipos, conduz esse povo, na maioria das vezes, a desenvolver comportamentos de auto rejeição, resultando em rejeição e negação dos seus valores culturais e em preferência pela estética e valores culturais dos grupos sociais valorizados nas representações. (SILVA 2005, p 22).

Como coloca Silva, o preconceito pode partir da própria pessoa fragilizada, do negro, alvo de discriminações que não vê sua etnia ser abordada como importante dentro do contexto histórico. Então, esse sentimento de preconceito com sua própria origem, cresce dentro de seu interior se tornando algo intenso, complexo e de difícil desconstrução numa sociedade que só contribui para que esse sentimento se intensifique. A esse fenômeno de internacionalização da imagem negativa que a pessoa negra faz de si mesmo, alimenta a ideologia do branqueamento (SILVA, 2005).

A ideologia do branqueamento se efetiva no momento em que, internalizando uma imagem negativa de si próprio e uma imagem positiva do outro, o indivíduo estigmatizando uma imagem negativa de si próprio tende a se rejeitar, a não se estimar e a procurar aproximar-se de tudo do indivíduo estereotipado positivamente e dos seus valores, tidos como bons e perfeito (SILVA, 2005, p 23).

É importante o professor buscar incluir aquele aluno negro, que se sente inferiorizado em relação aos seus colegas brancos, fazendo esse aluno perceber pessoas importantes de sua origem, que diferente do que vem muitas vezes no livro, o negro não executa apenas trabalhos de submissão, mas pode assim como os brancos, ser um profissional em qualquer área. O aluno em processo de formação, desde cedo, deve conhecer sua história e sentir orgulho de seu povo. Assim como nos coloca Brant (2005, p 22): “o desafio é valorizar o que somos segundo nosso próprio referencial. Ter a convicção de onde podemos chegar conforme nossos próprios valores”. Desconstruir a concepção que nossa vida deve ser determinada e vivenciada pelas imposições sociais, pelo o que a mídia nos coloca e nos faz querer seguir, como se fossemos todos iguais.

A escola pode realizar atividades, projetos, palestras que deem abertura a essa discussão para que não só o aluno, mas toda a equipe escolar perceba que é fundamental realizar essa inclusão para se viver com respeito e ética as relações sociais. Assim, a “visão dessa representação pode desenvolver também nos alunos não negros preconceitos quanto à capacidade intelectual da população negra, e, nas crianças negras, um sentimento de incapacidade que pode conduzi-las ao desinteresse, à repetência e à evasão escolar” (SILVA, 2005, p26).

O TRABALHO DO PROFESSOR E O USO DO LIVRO DIDÁTICO

Partindo da discussão da necessidade de uma educação antirracista, é importante salientar que o professor está intimamente relacionado nesse processo dentro da escola. Paraphrasing Silva (2005), o professor pode na leitura de um determinado texto do livro didático, reconstruí-lo no momento da aula, reverter situações que falam dos negros como alguém sem importância, na tentativa de qualificar o debate.

Como exemplo bem óbvio, temos a abolição dos escravos em que até hoje a história foca a princesa Isabel como bondosa pelo o fato de ter assinado a Lei Áurea que aboliu a escravidão, quando, na verdade, essa decisão foi consequência das lutas e resistências dos negros, em que por sua vez, a maioria deles já se encontrava nos quilombos e não mais servindo aos coronéis. Abolir os escravos foi à única opção que restou. No entanto, essa parte da história é omitida, a participação do negro como guerreiro vencedor de seus ideais não vem

posto no livro didático e isso continua se repetindo até hoje. Aí entra o trabalho emancipatório do professor de recontar os fatos e de mostrar aos seus alunos essa verdade que não se faz presente no livro didático.

O professor deve dá ao marco histórico uma visão mais ampla, mostrando que é com a diversidade que construímos nossa identidade individual e social, uma vez que “não há como negar que a educação é um processo amplo e complexo de construção de saberes culturais e sociais que fazem parte do acontecer humano” (GOMES, 2005, p. 146).

Como já foi mencionado, é de suma importância que o professor esteja capacitado para lidar com uma discussão crítico-reflexivo no que diz respeito à diversidade. Na sua prática, o professor precisa ter a consciência de sua responsabilidade na formação do cidadão, e, conseqüentemente, na formação de uma sociedade mais justa e menos excludente. Dessa forma, o professor deve, ao encontrar no livro certos trechos discriminatórios, trabalhar com seus alunos a construção de novos conceitos, de valorização da cultura negra, da beleza negra, enfim, inúmeras formas de realizar um trabalho em que sejam desmistificadas certas concepções que se tem, promovendo, assim, a construção de uma identidade nos seus alunos com um novo olhar ao outro e o respeito às diferenças. Para tanto,

É necessário que, na educação, a discussão teórica e conceptual sobre a questão racial esteja acompanhada da adoção de práticas concretas. Julgo que seria interessante se pudéssemos construir experiências de formação em que os professores pudessem vivenciar analisar e propor estratégias de intervenção que tenham a valorização da cultura negra e a eliminação de práticas racistas como foco principal. (GOMES, 2005, p149).

É fato que os professores precisam ampliar sua formação para que consigam desenvolver uma práxis de qualidade, abordando temáticas tão importantes como a questão da valorização racial no seu espaço de trabalho, promovendo uma socialização entre seus alunos dentro da escola em que todos se sintam iguais nos seus direitos, mas diferentes em suas particularidades, sem interferência no convívio social.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES...

Concluindo o estudo realizado, é notório que trabalhar o racismo dentro da escola nunca é suficiente, esgotável. O livro didático é um grande parceiro do professor nesse processo de valorização da cultura negra, embora, comumente subutilizado, voltando-se para reprodução da supremacia dos costumes dos brancos em detrimento da cultura negra.

É preciso, pois, que o professor valorize dentro da sua metodologia a realidade do seu aluno, contribuindo para a aprendizagem significativa, mesmo que o seu material de apoio, o livro didático, não enfatize essa realidade. Nas lutas travadas pela população negra, a busca pela afirmação da identidade cultural não é perdida de vista, assim como os esforços e anseios por uma vida mais justa, digna a qualquer ser humano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRANT, Leonardo: **Diversidade Cultural: Globalização e culturas locais: dimensões, efeitos e perspectivas**. São Paulo: Escrituras Editora: Instituto Pensarte, 2005.

GOMES, Nilma Lino. Educação e Relações Raciais: Refletindo sobre Algumas Estratégias de Atuação. In: MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

SANTOS, Sales Augusto: **A Lei nº 10.639/03 como fruto da luta anti-racista do movimento negro**. In: Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03 /Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

SILVA, Ana Célia da. A Desconstrução da Discriminação no Livro Didático *in* Superando o Racismo na escola. In: MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. Aprendizagem e Ensino das Africanidades Brasileiras. In: MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

WEDDERBURN, Carlos Moore. **Dimensões do ensino da trajetória dos povos negros no Brasil.** In: Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03 /Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.